

IPC deve permanecer como índice oficial, mas com base de cálculo mudada

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O governo já tem praticamente decidido que não vai substituir o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no cálculo da inflação ao longo do novo plano de ajuste econômico, preferindo, a princípio, alterar apenas sua base de cálculo — que seria zerada a partir de 1º de fevereiro ou, dependendo de decisão política do presidente José Sarney, já na próxima segunda-feira — para evitar a transposição das altas de preços para o futuro índice prefixado entre 10 e 15%.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, negou ontem a possibilidade de mudar o índice da inflação, mas não quis fazer nenhum comentário sobre a necessidade de introdução de um vetor estatístico para evitar a repetição, no Plano Verão, do chamado “efeito Alfonsín” — pelo qual o primeiro choque argentino não conseguiu cortar a realimentação dos preços e acabou registrando uma taxa elevada já no primeiro mês de congelamento.

PREOCUPAÇÃO COM O PLANALTO

Técnicos do governo com trânsito na Secretaria de Planejamento e no Ministério da Fazenda transmitiram preocupação com a indecisão do Palácio do Planalto quanto à data para entrar em vigor a prefixação de preços, salários e, provavelmente, correção monetária. Por questões técnicas, é praticamente impossível trabalhar com outro “dia D” que não seja a próxima segunda-feira, dia 16, ou o dia 1º de fevereiro — o que não bate com a intenção externada por Abreu, de manter o dia 18, data da reunião do comitê dirigente do pacto social, como “a principal referência”.

OPÇÃO POR FEVEREIRO

A tendência seria optar por 1º de fevereiro, por duas razões principais: primeiro, haveria um espaço

de duas semanas não só para discutir o índice da prefixação no pacto social e implementar as medidas da reforma administrativa e das áreas fiscal e monetária como, também, para se concluir a série de “atualizações” de preços públicos e administrados, dando tempo ao mercado para fazer seu próprio realinhamento.

Em segundo lugar, o início de uma nova série estatística a 1º de fevereiro permitiria atingir o principal objetivo técnico do novo plano de ajuste, que seria quebrar a correia de transmissão dos aumentos de preços e salários e temporariamente segurar a pressão de demanda. Os aumentos da segunda quinzena de janeiro seriam anulados em termos do índice de fevereiro, sob promessa de reposição gradual no futuro próximo.

MOVIMENTAÇÃO DO BANCO CENTRAL

“Se não for introduzido o vetor, não haverá prefixação que se sustente com a expectativa inflacionária que já existe para o próximo mês, acima de 30% — observou ontem um economista da Fazenda, para quem não faz sentido tomar a próxima quarta-feira como o “dia D” da prefixação. Nada impede — ao contrário, a movimentação no Banco Central já aponta neste sentido — que neste dia entre em vigor uma série de providências preliminares na área financeira, como o fim da OTN fiscal, principal sinalizador da inflação atual.

O importante, para os economistas que trabalharam o pressuposto técnico do novo choque na inflação, é quebrar a realimentação, para que o cálculo do índice de preços do primeiro mês não reflita a média registrada no período anterior. Pela fórmula do IPC, a inflação resulta da comparação de preços e quantidades do presente e do passado, o que sempre provoca o chamado “efeito Alfonsín” no caso de planos baseados na teoria inercial.